



Lula concede entrevista ao grupo RBS, 25/10 (Foto: R. Stuckert)

Em pauta

Programa e ética

Segundo a imprensa, a coligação conservadora vai continuar insistindo em debater a ética.

A atitude é parcialmente compreensível.

Compreensível, porque eles têm muita dificuldade em debater programa de governo.

A dificuldade se apresenta tanto no passado (comparação com os governos FHC e Alckmin), quanto no presente (avaliação do governo Lula), e também no futuro (discussão sobre o que fará o próximo governo).

Parcialmente, porque a coligação tucano-pefelista tem um imenso passivo ético.

Este passivo só não é maior, porque eles impediram as investigações e também porque contaram com a cumplicidade de uma parte dos meios de comunicação.

Isto para não falar do seguinte: a "ética" do programa tucano-pefelista está a serviço de uma pequena parte da população brasileira, prejudicando a grande maioria.

Por tudo isso, a coligação "A força do povo" está preparada para discutir programa e ética.

No debate na TV Record, Geraldo Alckmin esbravejou contra "a praga da corrupção".

No mesmo dia, o ex-presidente FHC acusou Lula de "fanfarrão" e afirmou que a diferença nesta eleição "não é programática, mas moral".

As CPIs que Alckmin não deixou acontecer

O ex-governador deveria ser mais cauteloso ao falar de corrupção.

Afinal, ele impediu inúmeras investigações de denúncias de corrupção no seu governo.

Ao todo, sabotou a instalação de 69 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) solicitadas por deputados de vários partidos na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Entre elas, 37 foram requeridas para apurar casos graves de fraudes e corrupção praticados diretamente pela administração estadual.

As principais questionaram as irregularidades no processo de privatização das estatais paulistas, com o uso de caixa 2 e de propinas depositadas em paraísos fiscais, decorrentes dos acordos com multinacionais que abocanharam as empresas por preços subavaliados.

Além dos pedidos de investigação das privatizações de rodovias, empresas de energia e do Banespa, outra CPI pretendia apurar denúncias contra a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Outra seria para investigar contratos de publicidade entre a Nossa Caixa e as agências Colucci&Associados e Full Jazz Comunicação.

O mesmo TCE já avaliou que nestes contratos houve "afronta à legalidade e à moralidade", que permitiram que essas agências movimentassem R\$ 45,4 milhões sem contrato em dois anos.

Ainda segundo o TCE, houve "desvio de finalidade" por parte deste banco ao veicular anúncio em órgãos ligados aos deputados estaduais em troca de apoio na Assembléia Legislativa. Atitude que alguém poderia interpretar como compra de votos.

Já outra CPI deve investigar as inserções publicitárias da mesma Nossa Caixa e das empresas Sabesp, Prodesp, CDHU e Dersa, entre outras, para favorecer jornais, revistas, programas de rádio e TV em troca de apoio nas eleições de 2004.

Outra CPI que poderia dar dor de cabeça ao candidato tucano é a do Rodoanel, que visa apurar denúncias de superfaturamento de até 70% nas obras dos trechos norte e oeste do Rodoanel. O Ministério Público já reabriu as investigações sobre o desvio de verbas na obra que consumiu mais de R\$ 1 bilhão desde 1998 e sobre aditamentos constantes.

Escândalos de corrupção de FHC

No início do seu primeiro mandato, em 19 de janeiro de 1995, FHC fincou o marco que mostraria sua convivência com a corrupção. Ele extinguiu, por decreto, a Comissão Especial de Investigação, instituída por Itamar Franco e composta por representantes da sociedade civil, que visava combater o desvio de recursos públicos. Em 2001, fustigado pela ameaça de uma CPI da Corrupção, ele criou a Controladoria-Geral da União, mas esse órgão se notabilizou exatamente por abafar denúncias.

Também no início do seu primeiro mandato, surgiram denúncias de tráfico de influência e corrupção no contrato de execução do Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam). O escândalo derrubou o brigadeiro Mauro Gandra e serviu para FHC "punir" o embaixador Júlio César dos Santos com uma promoção. Ele foi nomeado embaixador junto à FAO, em Roma, "um exílio dourado". A empresa ESCA, encarregada de incorporar a tecnologia da estadunidense Raytheon, foi extinta por fraude comprovada contra a Previdência. Não houve CPI sobre o assunto. FHC bloqueou.

Em fevereiro de 1996, a Procuradoria-Geral da República resolveu arquivar definitivamente os processos da pasta rosa. Era uma alusão à pasta com documentos citando doações ilegais de banqueiros para campanhas eleitorais de políticos da base de sustentação do governo. Naquele tempo, o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, ficou conhecido pela alcunha de "engavetador-geral da República".

A reeleição de FHC custou caro ao país. Para mudar a Constituição, houve um pesado esquema para a compra de voto, conforme inúmeras denúncias feitas à época. Gravações revelaram que os deputados Ronivon Santiago e João Maia, do PFL do Acre, ganharam R\$ 200 mil para votar a favor do projeto. Eles foram expulsos do partido e renunciaram aos mandatos. Outros três deputados acusados de vender o voto - Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra - foram absolvidos pelo plenário da Câmara. Como sempre, FHC resolveu o problema abafando-o e impedido a constituição de uma CPI.

Apesar da mobilização da sociedade em defesa da CVRD, a empresa foi vendida num leilão por apenas R\$ 3,3 bilhões, enquanto especialistas estimavam seu preço em ao menos R\$ 30 bilhões. Foi um crime de lesa-pátria, pois a empresa era lucrativa e estratégica para os interesses nacionais. Ela detinha, além de enormes jazidas, uma gigantesca infra-estrutura acumulada ao longo de mais de 50 anos, com navios, portos e ferrovias. Um ano depois da privatização, seus novos donos anunciaram um lucro de R\$ 1 bilhão. O preço pago pela empresa equivale hoje ao lucro trimestral da CVRD.

O jogo de cartas marcadas da privatização do sistema de telecomunicações envolveu diretamente o nome de FHC. Vários "grampos" comprovaram o envolvimento de lobistas com líderes tucanos. Informações privilegiadas foram repassadas aos "queridinhos" de FHC. O mais grave foi o preço que as empresas privadas pagaram pelo sistema Telebrás, cerca de R\$ 22 bilhões. O detalhe é que nos dois anos e meio anteriores à "venda", o governo investiu na infra-estrutura do setor mais de R\$ 21 bilhões. Pior ainda, o BNDES financiou metade dos R\$ 8 bilhões dados como entrada neste meganegócio. Uma verdadeira rapinagem contra o Brasil e que o governo FHC impediu que fosse investigada.

A privatização da Telebrás foi marcada pela suspeição. Ricardo Sérgio, ex-caixa das campanhas de FHC e de José Serra e ex-diretor do Banco do Brasil, foi acusado de cobrar R\$ 90 milhões para ajudar na montagem do consórcio

Telemar. Grampos do BNDES flagraram conversas de Luiz Carlos Mendonça de Barros, então ministro das Comunicações, e André Lara Resende, ex-presidente do banco, articulando o apoio da Previ para beneficiar o consórcio do Opportunity, que tinha como um dos donos o tucano Pêrsio Arida. FHC autorizou o uso de seu nome para pressionar o fundo de pensão. Além disso, o BNDES destinou cerca de R\$ 10 bilhões para socorrer empresas que assumiram o controle das estatais. Numa dessas operações, injetou R\$ 686,8 milhões na Telemar, assumindo 25% do seu controle acionário.

A escandalosa construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo levou para o ralo R\$ 169 milhões. O caso surgiu em 1998, mas os nomes dos envolvidos só apareceram em 2000. A CPI do Judiciário contribuiu para levar para a cadeia o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT, e para cassar o mandato do senador Luiz Estevão, dois dos principais envolvidos no caso. Num dos maiores escândalos da era FHC, vários nomes ligados ao governo surgiram no emaranhado das denúncias. O pior é que FHC, ao ser questionado por que havia liberado verbas para uma obra que o Tribunal de Contas já alertara que tinha irregularidades, respondeu de forma irresponsável: "assinei sem ver".

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer) demonstrou, já em sua gênese, no final de 1995, como seriam as relações do governo FHC com o sistema financeiro. Para ele, o custo do programa ao Tesouro Nacional foi de 1% do PIB. Para os ex-presidentes do BC, Gustavo Loyola e Gustavo Franco, ele atingiu 3% do PIB. Mas para economistas da Cepal, os gastos chegaram a 12,3% do PIB, ou R\$ 111,3 bilhões, incluindo a recapitalização do Banco do Brasil, da CEF e o socorro aos bancos estaduais.

Agenda

- 25/10 **Último comício de Lula será em SP, às 19h**
- 27/10 **Debate na TV Globo, às 22h**

Leia também

- » **Datafolha: Lula cresce em todas as regiões** [\[+\] Leia mais](#)
- » **Desemprego cai novamente em SP** [\[+\] Leia mais](#)
- » **Entrevista ao grupo RBS: Lula quer fazer o dobro** [\[+\] Leia mais](#)



Clique para visitar o site oficial da campanha de Lula, clique no botão ao lado ou digite no navegador: www.lula13.org.br

Antivirus é um boletim publicado sob responsabilidade da coordenação de internet da campanha Lula. **Coord. geral:** Marco Aurélio Garcia. **Coord. de internet:** Valter Pomar.
Em caso de problemas com a visualização leia o boletim [neste link](#).

Caso você não queira mais receber este boletim [clique aqui](#) ou mande uma mensagem para faleconosco@lula13.org.br com o assunto "Cancelar envio".